

A COMUNIDADE DE JERUSALÉM

Igreja-Mãe e o discernimento da universalidade do Evangelho

INTRODUÇÃO

A cidade de Jerusalém ocupa um lugar singular na história da salvação. Foi ali que Jesus realizou os acontecimentos centrais de sua missão terrena, especialmente sua paixão, morte, ressurreição e ascensão. Foi também em Jerusalém que, no dia de Pentecostes, o Espírito Santo desceu sobre os Apóstolos, inaugurando publicamente a missão da Igreja (cf. At 2,1-4). Por essa razão, a tradição cristã reconhece Jerusalém como a Igreja-Mãe, o primeiro centro da vida e da expansão do cristianismo.

Os capítulos iniciais dos Atos dos Apóstolos oferecem um testemunho privilegiado acerca dessa comunidade primitiva. Neles encontram-se os elementos fundamentais da identidade eclesial: a pregação apostólica, a celebração dos sacramentos, a comunhão fraterna, a assistência aos necessitados e a ação constante do Espírito Santo. Ao mesmo tempo, a história da Igreja de Jerusalém mostra que a comunidade cristã nascente precisou enfrentar perseguições externas, tensões internas e importantes desafios teológicos.

Entre esses desafios destaca-se o chamado Concílio de Jerusalém (cf. At 15), considerado o primeiro grande discernimento doutrinal da Igreja. Nele foi esclarecida uma questão decisiva para a missão cristã: os gentios convertidos deveriam ou não submeter-se integralmente às prescrições da Lei mosaica para participar da salvação trazida por Cristo?

O estudo da comunidade de Jerusalém permite compreender não apenas as origens históricas da Igreja, mas também os fundamentos de sua eclesiologia, de sua missão evangelizadora e de sua universalidade.

1. JERUSALÉM NO CONTEXTO DO SÉCULO I

No século I, Jerusalém era o principal centro religioso do povo judeu. Embora estivesse sob domínio romano, a cidade conservava grande autonomia em questões religiosas graças à autoridade exercida pelo Sinédrio e pelo sacerdócio do Templo.

O Templo de Jerusalém constituía o coração da vida religiosa judaica. Ali eram oferecidos os sacrifícios prescritos pela Lei de Moisés e celebradas as grandes festas anuais, especialmente a Páscoa, o Pentecostes e a Festa dos Tabernáculos. Milhares de peregrinos provenientes de diversas regiões do Império Romano afluíam à cidade nessas ocasiões (cf. Dt 16,16).

A população era composta por grupos diversos. Havia os judeus locais, frequentemente chamados de hebreus, e os judeus da diáspora, conhecidos como helenistas, que haviam assimilado aspectos da cultura grega. Conviviam ainda prosélitos, estrangeiros simpatizantes do judaísmo, além da presença constante da administração romana.

No campo religioso, coexistiam diferentes correntes, entre as quais se destacavam os fariseus, os saduceus e os essênios. A intensa expectativa messiânica que caracterizava a época criava um ambiente particularmente sensível ao anúncio do Reino de Deus proclamado por Jesus.

Foi nesse contexto histórico, religioso e cultural que nasceu a primeira comunidade cristã.

2. O NASCIMENTO DA IGREJA EM PENTECOSTES

Segundo o testemunho dos Atos dos Apóstolos, cinquenta dias após a ressurreição de Cristo, os discípulos encontravam-se reunidos quando receberam o Espírito Santo prometido pelo Senhor (cf. At 2,1-4).

Este acontecimento representa o início da missão pública da Igreja. Fortalecidos pelo Espírito, os Apóstolos passaram a proclamar com coragem que Jesus crucificado havia ressuscitado e fora constituído Senhor e Cristo (cf. At 2,36).

A primeira grande pregação apostólica produziu frutos imediatos. Após o discurso de Pedro, muitos acolheram a mensagem e receberam

o batismo: “Os que acolheram a sua palavra receberam o batismo e, naquele dia, juntaram-se a eles cerca de três mil pessoas” (At 2,41).

Desde o início, a Igreja compreendeu sua missão como continuidade da obra de Cristo. A pregação apostólica, o Batismo e a ação do Espírito Santo constituíam os fundamentos da nova comunidade.

A narrativa de Lucas apresenta um crescimento constante da Igreja de Jerusalém. Novos discípulos eram incorporados diariamente à comunidade (cf. At 2,47), enquanto numerosos sinais e prodígios confirmavam a autenticidade da pregação apostólica (cf. At 5,12-16).

3. VIDA COMUNITÁRIA E ORGANIZAÇÃO ECLESIAL

Uma das características mais marcantes da Igreja primitiva foi sua intensa vida de comunhão. Lucas sintetiza essa realidade em uma passagem frequentemente considerada o retrato ideal da comunidade cristã: “Eles eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, na fração do pão e nas orações” (At 2,42).

A tradição católica reconhece nesses quatro elementos os pilares permanentes da vida eclesial: a Palavra de Deus; a comunhão da Igreja; a Eucaristia e a oração.

A comunhão fraterna manifestava-se também na solidariedade concreta. Muitos colocavam seus bens à disposição da comunidade para socorrer os mais necessitados: “Entre eles ninguém passava necessidade” (At 4,34). A Igreja não apenas anunciava o Evangelho, mas procurava viver suas exigências práticas de caridade e justiça.

Ao mesmo tempo, surgiam gradualmente estruturas ministeriais destinadas a garantir o bom funcionamento da comunidade. O rápido crescimento da Igreja exigiu novas formas de organização pastoral.

Quando surgiram reclamações dos cristãos helenistas acerca da assistência prestada às viúvas, os Apóstolos convocaram a comunidade e escolheram sete homens para esse serviço (cf. At 6,1-6). A tradição da Igreja reconhece nesse episódio a origem do ministério diaconal, evidenciando a preocupação da comunidade em unir a proclamação da Palavra ao serviço da caridade.

4. TENSÕES INTERNAS E CRESCIMENTO MISSIONÁRIO

A imagem idealizada da comunidade de Jerusalém não deve ocultar as dificuldades enfrentadas pela Igreja nascente.

Externamente, a oposição das autoridades religiosas tornou-se cada vez mais intensa. Pedro e João foram presos (cf. At 4,1-3), os Apóstolos sofreram perseguições (cf. At 5,40) e Estêvão tornou-se o primeiro mártir cristão (cf. At 7,54-60). Paradoxalmente, a perseguição contribuiu para a expansão missionária da Igreja: “Os que se haviam dispersado iam por toda parte anunciando a Palavra” (At 8,4). Desse modo, o Evangelho começou a ultrapassar os limites de Jerusalém e da Judeia, alcançando a Samaria e, posteriormente, o mundo gentílico.

Internamente, a convivência entre cristãos provenientes de diferentes contextos culturais gerava desafios pastorais. A presença simultânea de hebreus e helenistas exigia um contínuo esforço de integração e unidade. Essas tensões prepararam o cenário para o maior debate teológico enfrentado pela Igreja apostólica.

5. O CONCÍLIO DE JERUSALÉM

Por volta do ano 49 d.C., surgiu uma controvérsia que ameaçava profundamente a unidade da Igreja. Alguns cristãos provenientes do grupo dos fariseus sustentavam que os gentios convertidos deveriam ser circuncidados e observar integralmente a Lei de Moisés para alcançar a salvação (cf. At 15,1.5).

A questão era decisiva. Tratava-se de determinar se a fé em Cristo era suficiente para a salvação ou se os convertidos provenientes do paganismo precisavam primeiro tornar-se judeus. Diante da gravidade do problema, a questão foi submetida aos Apóstolos e aos anciãos reunidos em Jerusalém (cf. At 15,2).

O relato de Lucas apresenta três intervenções fundamentais. Primeiramente, Pedro recordou a conversão do centurião Cornélio e o dom do Espírito Santo concedido aos gentios sem distinção: “Deus não fez distinção alguma entre nós e eles, purificando-lhes o coração pela fé” (At 15,9). Em seguida, Paulo e Barnabé testemunharam os frutos

da evangelização entre os povos pagãos (cf. At 15,12). Por fim, Tiago interpretou os acontecimentos à luz das Escrituras, mostrando que a inclusão dos gentios correspondia ao plano divino anunciado pelos profetas (cf. At 15,13-21). O discernimento culminou numa decisão histórica.

6. A ABERTURA AOS GENTIOS E A CATOLICIDADE DA IGREJA

A resolução do Concílio foi comunicada às comunidades por meio de uma carta oficial que continha uma das expressões mais significativas da eclesiologia católica: “Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós...” (At 15,28).

A decisão dispensou os gentios da obrigação da circuncisão e da observância integral da Lei mosaica, estabelecendo apenas algumas normas destinadas a favorecer a convivência entre cristãos de diferentes origens (cf. At 15,28-29).

Do ponto de vista teológico, essa decisão representou um marco decisivo. A Igreja reconheceu que a salvação é fruto da graça de Cristo acolhida pela fé e não resultado da observância ritual da Lei. Ao mesmo tempo, ficou evidente que o Evangelho destinava-se a todos os povos. A Igreja não seria uma simples corrente do judaísmo, mas o novo Povo de Deus chamado a reunir homens e mulheres de todas as nações.

Por isso, o Concílio de Jerusalém é frequentemente considerado o primeiro exercício do magistério eclesial em comunhão, sob a assistência do Espírito Santo.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A comunidade de Jerusalém ocupa um lugar fundamental na história da Igreja. Nela encontram-se as raízes da vida cristã, os primeiros testemunhos da ação do Espírito Santo e os elementos essenciais da identidade eclesial.

A perseverança na doutrina dos Apóstolos, a celebração da fração do pão, a comunhão fraterna e a oração constituem o modelo permanente da vida da Igreja em todas as épocas (cf. At 2,42).

Ao mesmo tempo, a história dessa comunidade demonstra que a Igreja cresceu enfrentando desafios concretos. Perseguições, conflitos culturais e debates doutrinários não impediram sua expansão; ao contrário, tornaram-se ocasiões para um aprofundamento da compreensão do Evangelho.

O Concílio de Jerusalém representa o ponto culminante desse processo. Ao reconhecer que a salvação é oferecida gratuitamente por Cristo a todos os povos, a Igreja confirmou sua vocação universal e lançou as bases da missão que transformaria o mundo mediterrâneo.

Assim, a Igreja de Jerusalém permanece como referência permanente para a teologia católica. Sua experiência recorda que a fidelidade à tradição apostólica, a abertura à ação do Espírito Santo e a busca da comunhão constituem elementos inseparáveis da vida e da missão da Igreja de Cristo